

Visão Econômica do Saneamento





O Brasil:

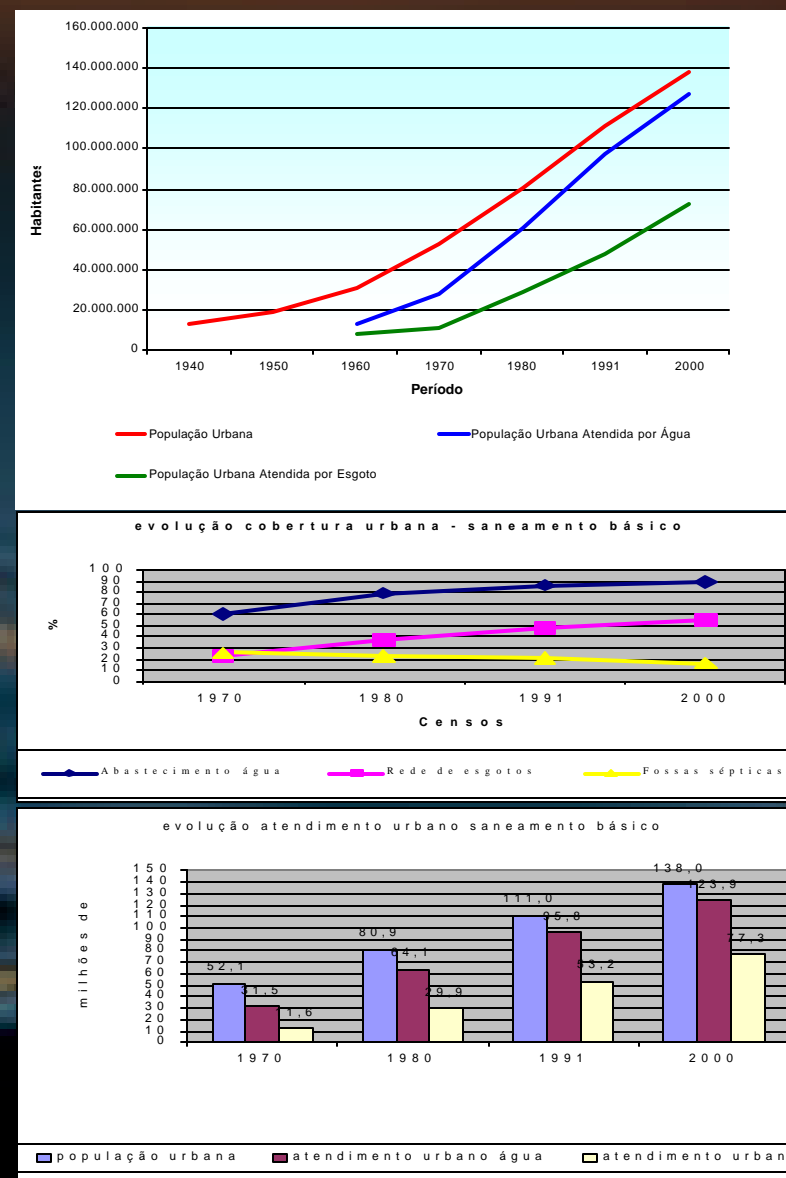
- País federado, formado pela União, 26 estados, Distrito Federal e 5.563 municípios, todos entes federados autônomos
- Responsabilidades federativas pelo saneamento são divididas:
 - todos contribuem para melhorar as condições
 - titulares são municípios, nos serviços locais
 - e estados, nos serviços comuns (integrados)
 - Disputas
 - União define diretrizes gerais

O saneamento:

- Serviço público, de caráter essencial e com características de universalidade
- Do tipo industrial de utilidade pública
- Baseado em economia de rede – infra-estrutura
- Fortes externalidades
- Presença de custos irrecuperáveis
- Monopólio natural permanente
- Centralidade do tema e dos instrumentos da regulação

A história, últimos 30 anos:

- forte urbanização e crescimento populacional, com esforço para ampliar cobertura:
 - população urbana cresceu 2,6 vezes, (76,7 milhões)
 - abastecimento de água cresceu 3,9 vezes (92,3 milhões e equivalente ao México)
 - rede de esgotamento sanitário cresceu 6,7 vezes (65,7 milhões e equivalente a Turquia)
 - foi possível fazer, porém, o que falta custa mais caro e os recursos estão mais escassos.



Os serviços:

- 25 empresas mistas estaduais, de abrangência regional, concentram serviços:

- 77% água
 - 73% menores municípios, 82% municípios mais pobres (Semi-Árido Fome Zero)
- 55% esgotos
 - Cidades médias e grandes, áreas metropolitanas
- 84% investimento realizado
- 3 empresas com sócios privados

- 22 municípios em prestadores microrregionais

- 1534 serviços municipais

- maioria departamentos, algumas autarquias e poucas empresas
 - Maioria nas Regiões Sudeste e Sul
- 67 concessionários privados
 - 4% população urbana, alguns casos do BOOTs
- 400 prestadores privados de diferentes naturezas (principalmente Região Norte) – associações, cooperativas, condomínios, etc.

número municípios	c/serviços água (redes)			c/serviços esgotos (redes)		
5561	5445			2875		
população urbana atendida	133,48			77,93		
cobertura urbana %	91,4			53,4		
	CESBs	Locais	Microrregi onais	CESBs	Locais	Microrregio nais
número municípios	3890	1534	22	855	2012	8
população urbana dos municípios	107,46	37,94	0,59	78,38	67,41	0,2
população urbana atendida - milhões	101,00	32,20	0,60	42,90	36,00	0,04
% da população urbana atendida	75,60	24,00	0,40	55,05	44,90	0,05
% médio de cobertura urbana	93,70	84,90	99,40	54,80	53,30	23,00

fonte: elaboração Marcos Thadeu Abicalil, com base em IBGE: PNAD/2003, Censo/2000 e PNSB/2000; Ministério das Cidades/PMSS/SNIS/2003

O problema principal:

- déficit dos serviços:
 - urbano em água – 8%:
 - População baixa renda
 - Pequenos municípios
 - Periferias metropolitanas
 - em esgotos – 24% (incluindo fossas sépticas)
 - Características = água
 - Tratamento e disposição final – 60% esgotos gerados
- reposição de infra-estrutura (22%)
- regiões menos desenvolvidas
- populações rurais

Região	Investimento universalização em 2000 R\$*1.000.000	A	B	A/B
		investimento per capita R\$	valor PIB per capita R\$	%
Norte	6.753,8	641	3.907	16,41
Nordeste	16.888,5	395	3.014	13,11
Sudeste	27.165,5	358	4	4,08
Sul	12.984,2	481	7.692	6,25
C. Oeste	6.320,3	524	6.559	8,15
Brasil	70.112,3	417	6.473	6,45

Brasil - Investimentos em Sistemas de Água e Esgotos por Região
Expansão e Reposição

Regiões/Investimentos	Em 2000	Em 2010	Em 2015	Em 2020
Norte	6.753,8	11.274,6	13.835,5	16.307,3
Nordeste	16.888,5	27.318,8	32.267,2	37.324,6
Sudeste	27.165,5	50.349,3	62.416,0	74.404,0
Sul	12.984,2	23.211,0	28.098,3	33.055,2
Centro-Oeste	6.320,3	11.470,2	14.506,9	17.314,0
Brasil	70.112,3	123.623,8	151.123,9	178.405,0

Necessidade de investimentos para universalização até 2020 valores por segmento da demanda total – R\$bilhões

Segmento da demanda	Expansão	Reposição	Total
Abastecimento de Água	35,4	32,4	67,8
Esgotos coleta (rede e fossa)	50,8	26,5	77,3
Esgotos tratamento	24,9	8,3	33,2

Necessidade de investimentos para alcance Das Metas de Desenvolvimento do Milênio – R\$bilhões

Segmento da demanda	Até 2015	%	Univer- sali- zação	% MD M
Abastecimento de Água	15,7	25	67,8	23,1
Esgotos coleta	25,5	41	77,3	33,0
Esgotos tratamento	20,9	34	33,2	62,9
Total	62,1	100	178,3	34,8



Desafios a atender:

- Quem menos pode pagar – os mais pobres
 - 50% domicílios mais pobres concentram 75% do déficit
 - 10% domicílios mais ricos concentram 4% do déficit
- Com menor disposição a pagar – tratamento de esgotos
- Serviços mais caros
- Reposição
- saneamento rural:
 - domicílios rurais correspondem a 14% dos domicílios totais
 - entretanto, déficit rural é proporcionalmente muito maior:
 - em água – entre 47% (se considerados, nas áreas rurais, domicílios com canalização interna e fonte própria) e 61% do total;
 - em esgotos (considerando fossas sépticas) – 38% do total

Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio - Brasil - 2003

Situação do domicílio e características do domicílio	Domicílios particulares permanentes									
	Total	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo) (1)								
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (2)	Sem declaração
total - urbano e rural										
número de domicílios	49 142 171	6 333 817	9 724 978	7 936 858	9 547 594	8 001 610	3 921 826	1 929 629	714 235	1 031 624
proporção total	1,00	0,13	0,20	0,16	0,19	0,16	0,08	0,04	0,01	0,02
abastecimento de água	82,51	66,98	75,35	81,21	86,52	91,29	93,81	94,78	82,99	83,97
déficit	8.594.374	2.091.390	2.397.469	1.491.059	1.286.921	697.069	242.793	100.791	121.465	165.417
esgoto - rede	47,95	26,61	34,65	43,29	52,29	61,69	69,84	75,01	46,13	61,04
esgoto - rede e fossa séptica	68,93	41,20	53,91	65,53	76,15	85,55	91,50	95,56	63,96	78,84
déficit	15.269.861	3.724.255	4.482.022	2.736.187	2.276.769	1.155.958	333.350	85.647	257.377	218.296
urbano										
número de domicílios	42 107 183	4 490 792	7 625 905	6 699 062	8 556 390	7 526 297	3 773 711	1 889 106	645 926	900 004
proporção total	1,00	0,11	0,18	0,16	0,20	0,18	0,09	0,04	0,02	0,02
abastecimento de água	92,01	85,06	89,18	91,45	92,99	95,11	96,55	96,49	88,05	94,15
esgoto - rede	55,30	36,92	43,33	50,50	57,50	65,12	72,06	76,62	49,62	69,58
esgoto - rede e fossa séptica	77,37	54,97	64,87	73,99	81,30	88,54	93,40	96,42	68,37	88,71
rural										
número de domicílios	7 034 988	1 843 025	2 099 073	1 237 796	991 204	475 313	148 125	40 523	68 309	131 620
proporção total	1,00	0,26	0,30	0,18	0,14	0,07	0,02	0,01	0,01	0,02
água - rede e fonte própria (can.int.)	57,92	34,83	53,49	65,56	79,34	91,31	97,74	100,00	44,86	47,01
abastecimento de água	25,65	22,92	25,11	25,83	30,68	30,78	24,09	14,98	35,21	14,32
esgoto - rede	18,37	7,64	14,10	19,70	31,72	38,20	43,02	54,93	22,30	11,35
esgoto - rede e fossa séptica	3,96	1,49	3,14	4,22	7,37	7,45	8,23	-	13,07	2,67

fonte: IBGE, PNAD 2003

O problema principal:

- universalização, no tempo, reduz esforço anual, mas cria problemas sociais (posterga atendimento) e econômicos (reposição, que não gera receita nova):

- em 10 anos: R\$124 bilhões, média anual de R\$12,4 bilhões – 0,88% PIB

- reposição 32%

- em 15 anos: R\$151 bilhões, média anual de R\$10,0 bilhões – 0,71% PIB

- reposição 35%

- em 20 anos: R\$178 bilhões, média anual de R\$8,9 bilhões – 0,63% PIB

- reposição 38%

Investimentos insuficientes (média anual):

- 2001-03 – 0,18% PIB

- 1995-2000 – 0,25% PIB

- 1991-1994 – 0,13% PIB

} 0,19%

- anos 80 – 0,28% PIB

- anos 70 – 0,34% PIB

Recuperação também insuficiente:

- projeção 2004-2007 – 0,30% PIB ao ano

O problema principal causa:

- custo dos impactos na saúde decorrentes da inadequação do saneamento básico e da higiene:
 - R\$14,2 bi / 1% PIB (Banco Mundial), sendo 58% morbidade e 31% mortalidade infantil (<5) de doenças diarreicas
 - 45% em tratamento médico (R\$6,4 bi), 40% perda de tempo e 10% em perda de bem estar
 - 20% da mortalidade infantil seria atribuível a inadequados saneamento básico e higiene

Resolvê-lo resulta:

- redução média da mortalidade infantil em 55% (Esrey, OMS, 91).

- Boa higiene doméstica pode reduzir mortalidade infantil em 44% (Curtis, 2002)

Se associados a outras políticas públicas:

- mães alfabetizadas e acesso a água potável reduzem mortalidade infantil em 40% (Esrey, OMS, 1988)

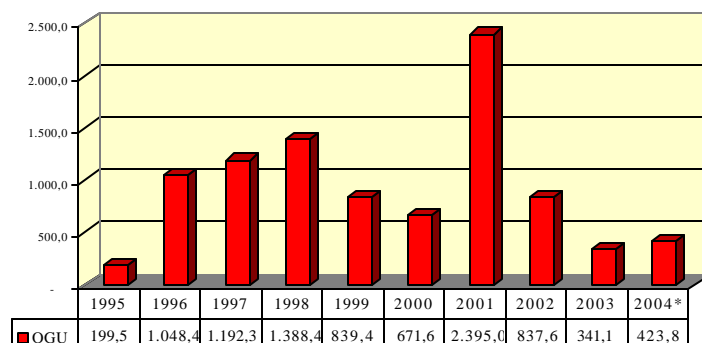
- Ação da Pastoral da Criança (CNBB), mortalidade infantil cai de 52/1000, em 1991, para 13/1000, em 2000

- 29,6 média nacional

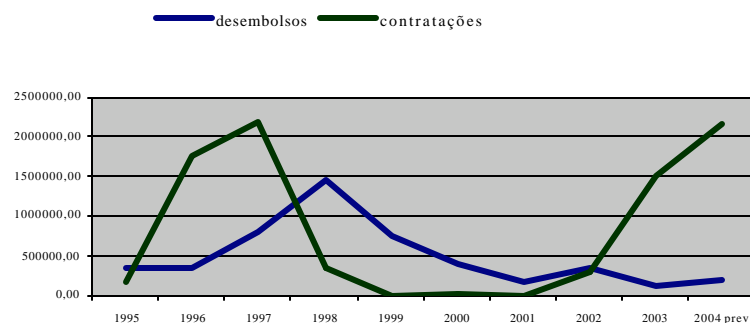
Problema 1:

- disponibilidade de recursos insuficientes e declinantes
 - OGU 2005 – R\$ 805 milhões (33 % de 2001)
 - FGTS e outros 2005 – 2.700 milhões (semelhante a 1997)
- e investimentos declinantes em termos reais, comparados com 1998:
 - 2003 – 40%
 - 2004 – 41%
 - 2005 – 50%
 - 2006 – 59%
- As operações de mercado são muito limitadas:
 - poucas empresas de capital aberto
 - poucas captações
 - parte para rolagem de dívidas
 - perspectivas de crescimento dependem de outros fatores regulatórios e econômicos
- Em relação às necessidades de investimentos:
 - investimentos devem crescer, mas de forma insuficiente:
 - perspectivas incertas

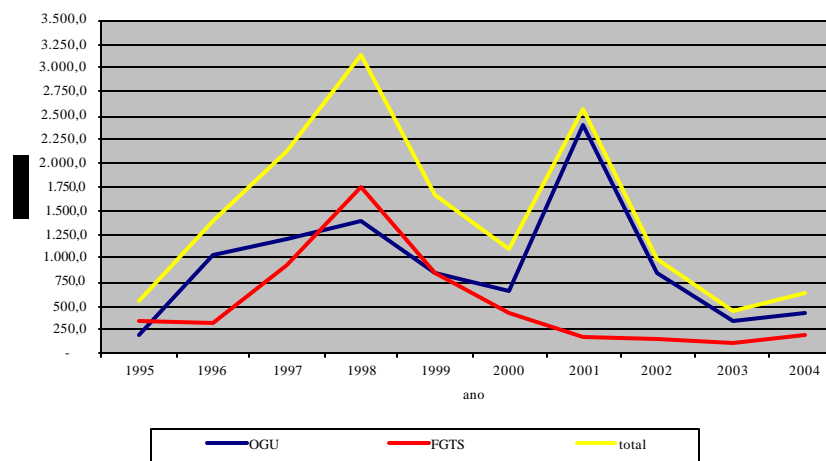
evolução dos gastos orçamentários da União em saneamento
1995/2004 - R\$ milhões



Quadro 4 - FGTS - contratações e desembolsos -
1995/2004 - R\$ mil - preços constantes de 2003



gasto federal em saneamento - OGU e FGTS - 1995/2004



Problema 2:

- capacidade de investimentos dos prestadores:

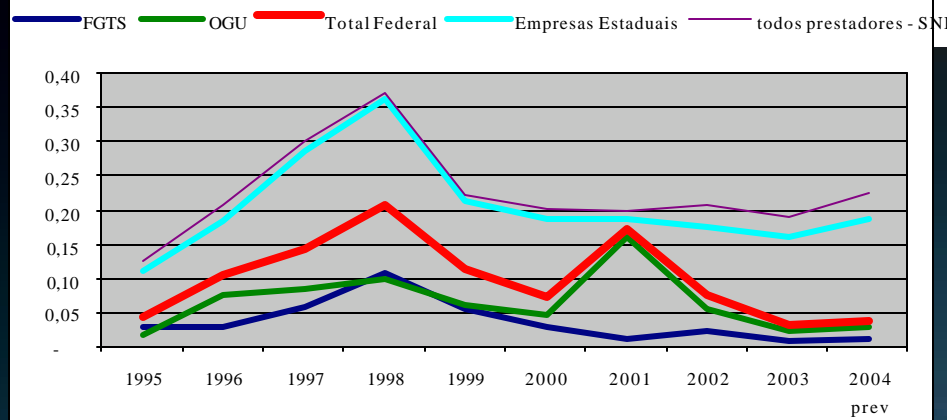
- Hoje, as empresas estaduais investem 19,8% das receitas
 - 12,4% geração interna caixa
 - 5,4% financiamentos
 - 2,0% subvenções
- e pagam 23,6% de amortizações de empréstimos anteriores:
 - Gastos anuais de capital somam 41,4% do faturamento (sem subvenções)

- Aumento de eficiência, real, nos últimos 8 anos, mas ainda há espaço para incremento:

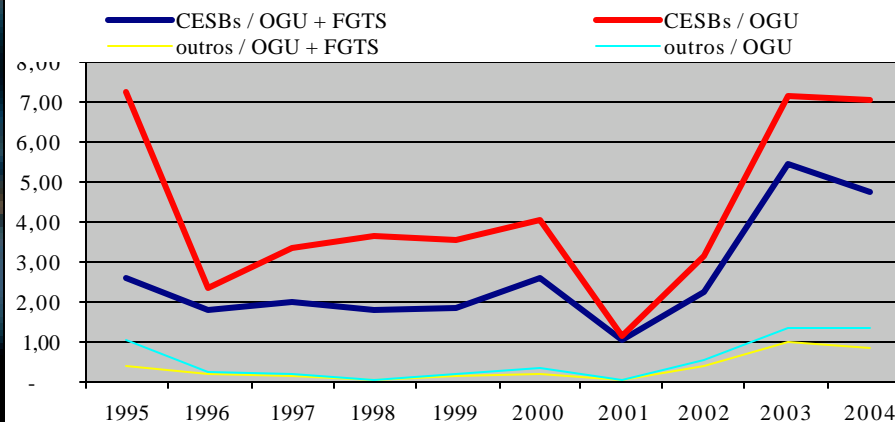
- água não contabilizada - 39%, caiu 10%
- produtividade, cresceu 29% para 2,4 clientes (a+e) por empregado total
- número de clientes cresceu 24,8% (44,3 milhões – a 30,5 mi +e 13,8 mi)
- custo O&M , caiu, em termos reais 23% (R\$0,93 por m³)
- Entretanto, aumento de eficiência não será capaz de gerar caixa necessário para alavancar investimentos no nível necessário

▪ Como ampliar investimentos, na proporção requerida?

quadro 7 - Gasto Federal em Saneamento - % do



Quadro 8 - Relação Investimentos Empresas Estaduais e Outros Prestadores / Investimentos Federais (OGU+FGTS)-1995/2004



Problema 3:

- tarifas e capacidade de pagamento dos usuários:
 - Mudanças na estrutura do mercado:
 - Consumo caiu 18% para 14,1 m³ por mês, na última década
 - Crescimento do número de usuários nas faixas inferiores de consumo em 30%
 - Receita por cliente caiu 28,3% (real)
 - Tarifas de saneamento são as mais baixas entre os serviços domiciliares
 - % gasto para os mais pobres é 2 vezes maior do que % médio

Em 1996 (PPOFIBGE), saneamento representou:

- média R\$13,17, ou 1,16% da renda
- até (eq.) R\$ 400 – R\$ 5,86, 2,51% da renda

Em 2003 (PPOFIBGE), saneamento representou:

- média 13,85, ou 0,78% da renda
- até (eq.) R\$ 400 – R\$ 6,63 1,46% da renda

**Distribuição da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar,
por classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar,
segundo os tipos de despesa - Brasil**

Tipos de despesa	Distribuição da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar (%)										
	Total	Classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar									
		Até 400 (1)	Mais de 400 a 600	Mais de 600 a 1 000	Mais de 1 000 a 1 200	Mais de 1 200 a 1 600	Mais de 1 600 a 2 000	Mais de 2 000 a 3 000	Mais de 3 000 a 4 000	Mais de 4 000 a 6 000	Mais de 6 000
Despesa total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesas correntes	93,26	97,15	97,09	96,16	95,32	94,43	94,46	93,62	94,10	93,27	88,89
Habituação	29,26	37,15	36,77	35,88	34,33	32,46	31,33	29,17	26,95	26,76	22,79
Aluguel	13,54	17,27	17,71	17,61	16,72	15,71	14,70	13,53	12,00	11,46	10,08
Serviços e taxas	7,60	8,93	8,90	9,10	8,84	8,55	7,97	7,81	7,54	7,63	5,67
Energia elétrica	2,21	3,02	3,02	3,13	2,95	2,78	2,48	2,39	2,04	1,84	1,21
Telefone fixo	1,79	0,91	1,41	1,90	2,20	2,37	2,18	2,24	2,04	1,86	1,22
Telefone Celular	0,63	0,16	0,20	0,35	0,38	0,45	0,54	0,56	0,80	0,95	0,90
Gás doméstico	1,13	3,18	2,72	2,20	1,73	1,43	1,14	0,90	0,66	0,52	0,32
Água e esgoto	0,78	1,46	1,41	1,27	1,22	0,98	0,89	0,81	0,64	0,51	0,29
Outros	1,06	0,20	0,15	0,26	0,36	0,55	0,74	0,91	1,35	1,95	1,73
Transporte	15,19	8,15	8,59	10,92	11,79	13,87	14,49	17,09	18,98	18,05	17,26
Urbano	2,38	3,94	3,86	3,78	3,77	3,51	2,88	2,54	1,94	1,47	0,87



Tipos de despesa e características das famílias	Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar (R\$)										
	Total	Classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar									
		Até 400 (1)	Mais de 400 a 600	Mais de 600 a 1 000	Mais de 1 000 a 1 200	Mais de 1 200 a 1 600	Mais de 1 600 a 2 000	Mais de 2 000 a 3 000	Mais de 3 000 a 4 000	Mais de 4 000 a 6 000	Mais de 6 000
Despesa total	1 778,03	454,70	658,18	920,69	1 215,33	1 494,43	1 914,35	2 450,03	3 270,20	4 445,42	8 721,91
Despesas correntes	1 658,27	441,75	639,01	885,36	1 158,41	1 411,19	1 808,31	2 293,79	3 077,37	4 146,33	7 752,50
Habitação	520,22	168,92	242,00	330,33	417,23	485,10	599,76	714,56	881,33	1 189,44	1 987,85
Aluguel	240,83	78,54	116,56	162,15	203,18	234,83	281,50	331,44	392,51	509,30	879,38
Serviços e taxas	135,18	40,61	58,57	83,82	107,39	127,75	152,55	191,25	246,44	339,25	494,89
Energia elétrica	39,27	13,71	19,85	28,79	35,81	41,49	47,47	58,62	66,84	81,95	105,64
Telefone fixo	31,86	4,15	9,31	17,52	26,68	35,36	41,64	54,79	66,64	82,51	106,38
Telefone Celular	11,29	0,74	1,30	3,21	4,63	6,75	10,43	13,81	26,15	42,42	78,46
Gás doméstico	20,03	14,48	17,89	20,28	21,06	21,35	21,80	21,98	21,70	23,25	27,88
Água e esgoto	13,85	6,63	9,26	11,65	14,89	14,64	17,06	19,81	20,91	22,46	25,58
Outros	18,88	0,89	0,96	2,37	4,32	8,15	14,16	22,24	44,20	86,67	150,96
Transporte	270,16	37,08	56,52	100,57	143,25	207,25	277,37	418,81	620,59	802,61	1 505,24
Urbano	42,31	17,90	25,42	34,83	45,87	52,44	55,08	62,32	63,39	65,13	76,26
Número de famílias	48 534 638	7 949 351	6 747 421	#####	3 528 908	5 086 643	3 349 073	4 571 410	2 416 195	2 236 892	2 467 262
Tamanho médio da família	3,62	3,34	3,53	3,68	3,73	3,72	3,70	3,80	3,72	3,72	3,63

POF - Pesquisa de Orçamento Familiar - IBGE/2003

Problema 4:

- custos não controlados vêm subindo consideravelmente:

- nova regulamentação COFINS vai causar impacto da ordem de 7,14% do faturamento em 2005

- gastos tributários e fiscais vão equivaler a cerca de 2,3 meses de faturamento

- assim como gastos semi-controlados:

- químicos – 83% p/m³

- energia elétrica – 74% p/m³

- pessoal – 13% p/m³

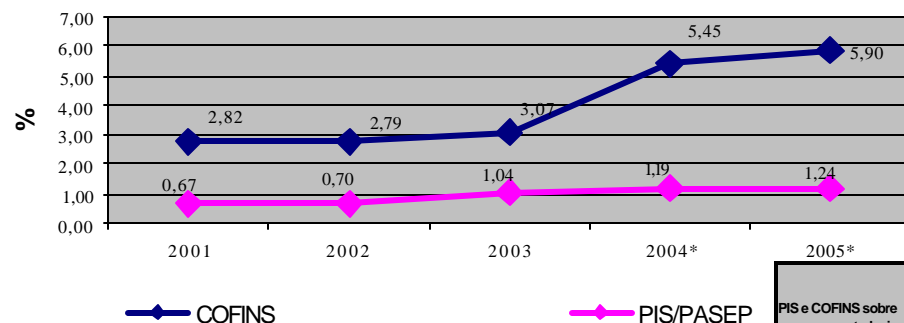
- As projeções para o ano de 2005 apontam que a contribuição das empresas estaduais de saneamento básico ao PIS/PASEP e COFINS somará cerca R\$1.090 milhões (aumento real de 105%)

- aproximadamente R\$559 milhões a mais em relação às alíquotas anteriores

- em 2004, impacto de 6,65% - R\$923,5 milhões

- equivalente ao atendimento de 900 mil famílias em extensão de sistemas de abastecimento de água

PIS-PASEP e COFINS SOBRE RECEITA OPERACIONAL BRUTA - %

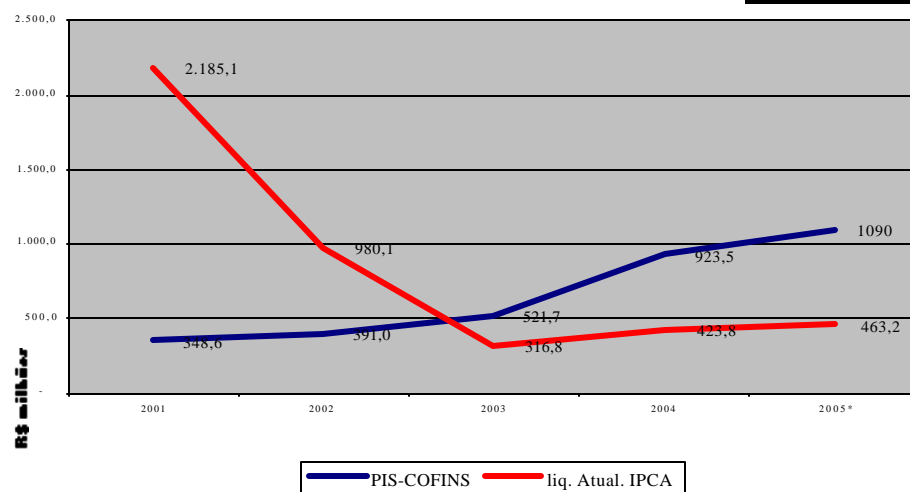


Impacto do PIS-PASEP e COFINS

PIS e COFINS sobre empresas estaduais de saneamento básico

	PERÍODO									
	2001		2002		2003		2004 - PREVISTO		2005 - PREVISTO	
	VALORES	BASE	VALORES	AH	VALORES	AH	VALORES	AH	VALORES	AH
COFINS	281.954.276,18	100,00	312.215.657,65	110,73	389.933.218,94	138,30	757.489.740,58	268,66	901.412.791,29	319,70
PIS/PASEP	66.650.449,38	100,00	78.753.881,52	118,16	131.813.071,50	197,77	165.990.895,17	249,05	189.229.620,49	283,91
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10.005.074.415,37	100,00	11.207.450.433,37	112,02	12.699.207.670,00	126,93	13.896.898.900,12	138,90	15.286.588.790,13	152,79
COFINS - % SOBRE RECEITA	2,82		2,79	98,85	3,07	108,88	5,45	193,42	5,90	209,24
PIS/PASEP - % SOBRE RECEITA	0,67		0,70	105,48	1,04	155,70	1,19	179,30	1,24	185,82

Gastos OGU com saneamento básico



Saneamento subsidia o Governo Federal!

Problema 5:

- restrições macroeconômicas:
 - contenção de gastos fiscais
 - Subvenções orçamentárias para investimentos vêm caindo em termos reais
 - Aumenta disputa por recursos escassos
 - Restrições ao financiamento do setor público
 - Geração de superávits primários e controle da dívida pública envolve estatais, mesmo as chamadas “não dependentes” (sustentáveis)

Problema 6:

- incertezas regulatórias:
 - disputas jurídicas envolvendo responsabilidades federativas
 - setor vive uma longa transição, incompleta e com perspectivas incertas
 - não há estabilidade de regras que estimule investimentos e parcerias com setor privado
 - existem propostas legislativas em discussão há 10 anos, sem nenhuma aprovação
 - Será esse o caminho da atual proposta do Governo Federal?

Caminhos para soluções:

■ ampliar investimentos:

- fontes de crédito
- subvenções orçamentárias
 - Aumento do valor
 - Foco no gasto – eficácia
 - Inclusão de gastos de saneamento em programas de renda mínima
- novos padrões de financiamento
 - Mercado de capitais
 - Novas estruturas de operação financeira

■ ampliar capacidade dos prestadores:

- implementar estruturas de incentivo à eficiência
 - Regulação
 - Mercado de capitais
- profissionalizar gestão empresarial
 - Adotar princípios de governança corporativa
 - Adotar contratos de gestão
- modernizar estrutura gerencial e empresarial
 - Responsabilização

- ampliar capacidade dos prestadores:

- Mudar relação com poderes concedentes
- Regulação independente, ampliando o controle social
- Definir novo conceito de empresa estatal não dependente
- Reestruturação de passivos relativos a investimentos (alongamento)
 - Ampliar geração de caixa
 - Vincular a reestruturação empresarial e regulatória
- Potencializar vantagens de escala e escopo de serviços regionais

- ampliar mercado e receitas do setor:

- reestruturação tarifária
 - Que induza à eficiência
 - Que reflita custos reais eficientes
 - aumento de receita
- Processo exige legitimidade social, política e jurídica
 - plano de universalização exige mais investimentos
- Proteção a segmentos sociais mais vulneráveis
 - ampliar tarifas sociais
 - subsídios cruzados e fiscais



- ampliar mercado e receitas do setor:

- Estratégia específica para estimular adesão às redes de esgotos
 - Subsídio cruzado às tarifas de esgotos para baixa renda
 - Subvenções para tratamento de esgotos
- Articulação com setor de recursos hídricos
 - Planos, metas e receitas
- utilizar fontes fiscais existentes, de modo focado e eficaz, para cumprir com objetivos sociais, incluindo Metas de Desenvolvimento do Milênio

- desoneração do setor:

- limites à tributação sobre patrimônio e faturamento de prestadores de serviços de saneamento
- não incidência de impostos sobre faturas aos usuários
- não incidência de tributos sobre equipamentos e insumos ou
- alternativamente, utilização de créditos tributários correspondentes
- não tributação de investimentos no setor
- rever estrutura tarifária energia elétrica aplicada ao saneamento

■ restrições macroeconômicas:

- Aprofundar conceitos e instrumentos para empresas estatais não dependentes, que, sob determinadas condições:
 - Não impactem dívida pública
 - Não gerem superávit (exceto dividendos e juros sob capital)
 - Governança corporativa
 - Regulação adequada
 - Estrutura Capital (aberta)
 - Rever critérios para financiadores e estimular novas fontes

■ marco regulatório:

- que crie condições e instrumentos para ampliação de investimentos
- que respeite o pacto federativo
- que aprimore o modelo existente, potencializando vantagens e corrigindo falhas
- que crie ambiente de estabilidade
- que seja aplicável, factível
- que imponha obrigações graduais, compatíveis com níveis de renda e capacidade de pagamento
- que preveja o uso de tecnologia apropriada à cada realidade



▪ marco regulatório:

▪ que enfrente questões relevantes do setor, de modo pragmático, tendo em vista o alcance dos objetivos e o que existe hoje:

- Necessidade de aumentar receitas tarifárias
- Necessidade de estimular a eficiência
- Manutenção e aprimoramento regulatório dos subsídios tarifários cruzados

▪ marco regulatório:

▪ Quanto às diretrizes

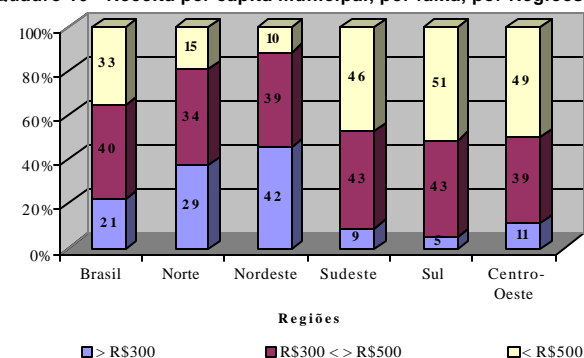
- Definir o que deve ser feito
- Mas não como deve ser feito
 - organização dos serviços, autonomia dos entes federados titulares, o que exclui a União
 - Nesse sentido, o APL deve observar o limite das competências da União, evitando invadir competências privativas dos Municípios e dos Estados

– Quanto à Política Federal

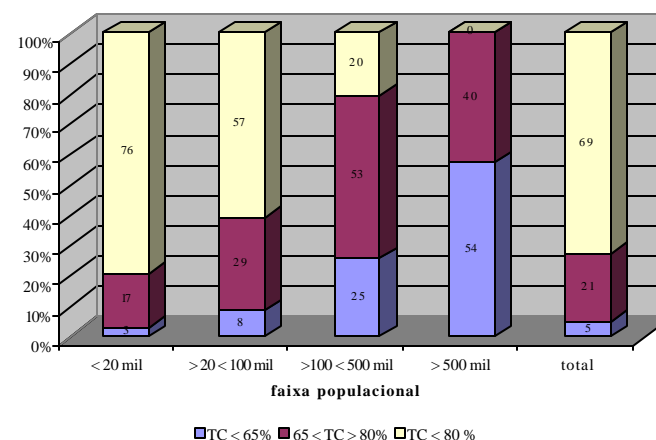
- Normas de cooperação da União (financiamento, assistência técnica e assistência financeira não onerosa) com os demais entes, em matérias de competência comum
 - Deveriam ser definidas por lei federal complementar (art. 23, parágrafo único), preservando a autonomia dos entes federados

indicadores	unidade	regional	local
despesas exploração	R\$	0,93	0,90
despesas totais	R\$	1,46	1,02
tarifa média	R\$	1,42	1,03
margem pessoal total	%	40,2	52,1
inadimplência	dias	117,8	129,8
produtividade - clientes/pessoal total	econ./emp	417,0	249,0
produtividade - ligações/pessoal total	lig./empregado	304,0	189,0
margem líquida (s/depreciação)	%	18,0	5,4
margem operacional (s/depreciação)	%	28,7	15,5
investimento por ligação (a+e)	R\$	77,5	43,1
investimento total / faturamento	%	19,7	16,5
invest. recursos próprios / faturamento	%	12,4	14,1
invest. recursos próprios / invest. total	%	62,9	85,3
atendimento urbano de água	%	95,1	96,0
macromedicação	%	83,6	70,1
micromedicação	%	85,7	83,3
hidromedicação	%	87,5	89,1
água não contabilizada	%	39,3	41,4
atendimento urbano esgotos	%	55,6	68,4
índice de tratamento de esgotos	%	68,7	32,4
Participação no SNIS 2003			
em relação ao faturamento	%	82,4	17,6
em relação ao investimento	%	84,8	15,2
em relação às ligações de água	%	79,0	21,0
em relação às ligações de esgotos	%	68,1	31,9
tamanho médio municípios (a)	habitantes	33368	97263
número de municípios atendidos (a)		3886	284

Quadro 10 - Receita per capita municipal, por faixa, por Regiões



Quadro 11 - participação das transferências correntes e da União no total das receitas, por faixa de população dos municípios





Marcos Thadeu Abicalil

Assessor Técnico da AESBE

Tel.: 61-3264888

E-mail: mtabicalil@aesbe.org.br



www.aesbe.org.br